

POLÍTICA: DIMENSÕES, PRÁTICAS E SENTIDOS

POLITICS: DIMENSIONS, PRACTICES AND MEANINGS

Igor Gastal Grill¹

Desde Max Weber, referência incontornável aos cientistas sociais que se dedicam a compreender o “mundo político”, sabemos que os objetos que construímos abrangem tanto as atividades de direção do Estado (política *stricto sensu*) como aquelas que visam influenciá-lo (politicamente orientadas) ou são por ele influenciadas (politicamente condicionadas). Logo, são muitos os ângulos que podemos assumir à fundamentação de problemáticas de pesquisa sobre fenômenos políticos nas Ciências Sociais, e todos eles convergem no esforço coletivo de compreender as percepções sobre a “política”, os domínios políticos e a dimensão política das práticas sociais.

Nessa linha, no presente fascículo da REPOCS reunimos um conjunto de contribuições que abordam instituições políticas ou estatais – governos, prefeituras, ministério público – e abarcam as exigências e/ou oportunidades de manejo de meios, ins-

trumentos e dispositivos de administração disponíveis para determinados agentes. E, também, contamos com estudos devotados à análise de outros espaços de engajamentos/militâncias específicos, porém que não deixam de ser impactados por dinâmicas e configurações políticas mais amplas. Sobre tudo, as discussões não negligenciam, a partir de distintos caminhos, o tratamento dos sentidos políticos atribuídos ou compartilhados em certos tipos de ingerências no espaço público. A gama de artigos em tela convida, assim, a atentarmos à diversidade de enfoques analíticos em voga nas Ciências Sociais, conjugada ao peso de injunções/prescrições históricas, sociais, culturais, conjunturais e ideológicas sobre as inscrições, as representações (em duplo significado) e as relações de força em universos sociais plurais.

Temos a convicção de que os textos ora aglutinados podem, pois, instigar a pen-

¹ Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA, Brasil. E-mail: igorgrill@terra.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4285-9684>

sar sobre vários princípios e mecanismos intervenientes nos desdobramentos das ações, interações e negociações políticas, que funcionam ao mesmo tempo como constrangimentos e como recursos/instrumentos passíveis de serem mobilizados por protagonistas que se enfrentam em diversos domínios da vida social. Nesta coletânea, pesquisadores e pesquisadoras nos brindam com opções profícuas de “entradas” à construção de problemáticas, contemplando desde as representações sobre o passado e disputas em torno de categorias instituídas (que circunscrevem as possibilidades de atuação), aos trunfos agilizados na concorrência por posições, postos e reconhecimentos, passando pela localização de móveis constituidores de clivagens entre “grupos” e “visões de mundo”.

O primeiro artigo do número, de autoria de Maurício Doré e intitulado “Eleições e formação de grupos na política municipal: as bases históricas que fundamentam as alianças”, explora ricamente as dimensões arroladas acima. Em uma perspectiva assumidamente bourdieusiana, o autor se centra na relação entre elementos de uma história local objetivados e as alianças constituídas por agentes políticos disputando eleições para prefeito no município de Maringá, no Paraná. Para tanto, realizou o levantamento dos apoios formais e informais a candidatos a um mandato na prefeitura daquela cidade, entre 1952 e 2016, e aplicou sistematicamente a noção de *redes*. A partir disso, extraiu das justificações e interpretações acerca dos alinhamentos desenhados os “sentidos duráveis que caracterizam os projetos políticos” e observou o quanto a constituição de “grupos” (ativados como categoria nativa) “espelham hierarquias sociais construídas local e historicamente”. Graças à opera-

cionalização da ideia de *rede*, Doré traçou a conexão entre pontos em uma teia de interdependências sustentada em sociabilidades compartilhadas e capazes de fornecer coesão às coalizões.

Igualmente voltados ao exame de processos eleitorais, Bruno Garcia e Álvaro Barreto buscam entender as motivações em concorrer a prefeito nas eleições suplementares municipais, no período 2013 a 2020, de quem havia concorrido a vereador nos pleitos ordinários de 2012 e 2016. Em “Quando novos personagens entram em cena: os vereadores e as eleições suplementares para prefeito no Brasil (2012-2020)”, os autores examinam 278 escrutínios em cidades espalhadas por 24 estados do Brasil. A análise desenvolvida vislumbrou combinar o exame da “ambição política” de ascender na carreira com a localização das “estruturas de oportunidades” fornecidas nessas pelepas. Quer dizer, a “atratividade” que possui o cargo de prefeito na política local (“capacidade decisória” incomparável àquela desfrutada no mandato de vereador) aparece “temperada” pelos “riscos” e “prejuízos” implicados nos litígios por poucas vagas existentes (“disponibilidade”) e, muitas vezes, ainda com recursos escassos e nem sempre suficientemente robustos às chances de êxito (“acessibilidade”). Dessa maneira, Garcia e Barreto identificam os “estímulos” e as “vantagens” em pauta nos “cálculos” que levam a “arriscar” a passagem da Câmara Municipal para a prefeitura.

É contundente a distância entre os referenciais teóricos acionados nos dois primeiros manuscritos, em que pese a proximidade temática: o estudo de eleições. Essas discrepâncias perpassam as alternativas analíticas que polarizam o campo da análise dos fenômenos políticos, princi-

palmente do Brasil. Isso, não raro, se traduz em publicações que condensam uma via única de diálogos consonantes; e o que almejamos na confecção desse volume é, justamente, ser um espaço de dissonâncias não pautado pela lógica da exclusão e sim de valorização das tantas possibilidades de encaminhamento à análise do jogo político. No nosso contexto acadêmico ainda são minoritárias as iniciativas de promover o encontro ou o confronto entre esquemas analíticos antagônicos. Ao contrário, prevalece o enclausuramento dos pesquisadores em “comunidades” supostamente coesas, que cultivam, propagam e defendem posições teóricas e metodológicas rígidas (nem sempre rigorosas), e cujos membros costumam ignorar o trabalho dos seus pares inscritos em outras vertentes analíticas.

Somamos a isso um segundo propósito, como foi realçado no início dessa apresentação, que é o de demonstrar a profusão de universos empíricos a partir dos quais é possível apreender a dimensão e as acepções das práticas políticas. E, por esse intermédio, talvez até incentivar novas pesquisas a partir de ângulos ou enquadramentos distintos daqueles que formataram os temas canônicos dos “especialistas na política”, especialmente na Ciência Política.

Nessa trilha, no artigo “Gestão do silêncio como controle e resistência em Xambioá/TO”, assinado por Thelma Borges e Marcela Gonçalves, o foco são fragmentos de entrevistas realizadas com duas “vítimas da ditadura civil-militar” na região da Guerrilha do Araguaia. As autoras situam os depoimentos à luz dos acontecimentos históricos que interferiram na vida dos camponeses na região de Xambioá-TO (“cidade-quartel de combate à guerrilha”) e dos mecanismos pelos quais os entrevista-

dos conseguiram inscrever suas vivências na história coletiva. As formas de agenciamento do silêncio como dispositivo político e o trabalho de expressão do sofrimento de vítimas de violência são esmiuçadas com o apoio de reflexões de valor indiscutível, como aquelas oferecidas por Michel Pollak, Michel Foucault e Veena Das, entre outros autores e outras autoras. Borges e Gonçalves retomam, então, a problemática já clássica dos usos da memória como um objeto de batalhas políticas (questão tratada com força no texto de Doré).

Situado no campo de estudos sobre ativismo e movimentos sociais, o artigo de Ivone dos Passos Maio coloca em evidência outra fonte promissora de investigações sobre dinâmicas políticas, até porque essa área de estudos está em constante renovação conceitual e metodológica, acompanhando a contínua atualização e invenção de repertórios de ação dos atores. Assim, em “Ocupações culturais: teorias leigas sobre os sentidos da participação política”, Maio propõe entender iniciativas de coletivos existentes na cidade de Porto Alegre (RS), que promoveram eventos de ocupação de espaços públicos, com a peculiar e controversa característica de fundir “política”, “arte” e “festa”. A autora visa, então, aproximar-se das concepções dos envolvidos, orientando-se pela “perspectiva das teorias leigas”, que aposta na possibilidade de captar o “esforço reflexivo”, os significados que emergem dos seus discursos e os elementos que acionam nas suas práticas. Um dos grandes méritos da discussão é nos lembrar da elasticidade da ideia de *participação política*, que varia de acordo com os *locus* privilegiados, os alvos escolhidos e as incitações que podem animar os personagens.

Em outras situações as motivações políticas de determinados agentes aparecem

encobertas por deontologias profissionais e com registros aparentemente técnicos, notadamente incidindo na reconfiguração de outros domínios da vida social (como os econômicos). Esse foi o veio trilhado por Gabriela Porcionato em seu artigo “Res-significação das perdas simbólicas na lava-jato: o caso das empresas Camargo Corrêa, Norberto Odebrecht e Camargo Gutierrez”. A autora se debruça sobre o chamado “escândalo da lava-jato” e seus reflexos na última década, em especial no que tange à reputação de grandes empresas da construção civil do Brasil. O estudo aborda as “denúncias” desferidas por membros do Ministério Público e da mídia, que atingiram a legitimidade das firmas do setor e os esforços de reconstrução das suas “imagens” nos últimos anos. Desse modo, Porcionato examina os rituais de depreciação protagonizados por procuradores da denominada “força-tarefa” da “lava-Jato” e por jornalistas engajados na publicização das acusações, bem como as modalidades de reelaboração da face das empresas enredadas. Observamos em sua descrição o quão lábeis são os recursos comumente considerados como os mais objetivados e institucionalizados, a exemplo dos capitais econômicos concentrados por conta do sucesso alcançado em um mercado particular. E o quanto essa volatilidade pode decorrer também de valorizações, desvalorizações e revalorizações ocasionadas por reconfigurações ocorridas em outros espaços sociais (como na política) e ocasionando a oscilação de estimas atribuídas às pessoas, sobrenomes e marcas.

O fato é que os sentidos atribuídos à política pelos agentes/atores dependem das representações plasmadas e transmitidas por múltiplos meios dotados, inclusive, da capacidade de ultrapassar as fronteiras

nacionais, a exemplo das produções ficcionais (romances, filmes, novelas, séries de tv, etc). Eliana Tavares dos Reis resenhou a coletânea organizada por Rémi Lefebvre e Emmanuel Taïeb, *Séries politiques: le pouvoir entre fiction et vérité* (2020). Em um primeiro momento, ressalta as contribuições dos autores e autoras da publicação no âmbito da proposição de uma agenda de pesquisas que toma como universo empírico as séries televisivas. E, em um segundo momento, problematiza as condições (desiguais) de produção, difusão e apropriação desses bens. Reis aponta que, como um fenômeno “transnacional”, é preciso ir além dos “pontos de vista” (de “roteiristas, *showrunners*, produtores, atores/ atrizes”, etc.) e dos “princípios e das normas narrativas prescritas aos produtores/especialistas no gênero”. Esses artefatos devem, isto sim, ser examinados para além da consagração das produções dominantes (como as norte-americanas e francesas, e de outros países do oeste europeu), adicionando a isso a necessidade de indagar sobre uma gama de fatores que operam nas condições de fabricação, imposição ou manipulação, de afluências e recepções. Para a autora, o fato desses bens culturais serem globalmente distribuídos “não significa o cessamento de princípios de reprodução ou a conformação de monopólio das oportunidades de rendimento” e dos julgamentos legítimos, que envolvem batalhas entre as potências e seus adeptos por quem é mais potente.

Para reforçar o caráter plural do presente volume, finalizamos assinalando a presença de cientistas sociais de diferentes estados (Rio Grande do Sul, São Paulo, Sergipe, Tocantins, Pará e Maranhão) e regiões (sul, sudeste, nordeste e norte). E, sobretudo, de áreas disciplinares (Ciência Política, Sociologia e Psicologia). Seguimos, portan-

to, linhas editoriais basilares que fazem da REPOCS uma revista que abriga produções das diferentes ciências sociais: a de fomentar um olhar para a multidimensionalidade das questões sociais e a de estimular a interlocução entre campos de conhecimentos.